



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**AgInt nos EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1462877 - RS
(2019/0064031-0)**

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : MARCELO GOLDONI
AGRAVANTE : VIVIANE TEIXEIRA FATTURI
ADVOGADOS : FERNANDO RAMOS MARTINS - RS049390
RAQUEL WINIEMKO SILVA - RS066052
AGRAVADO : GILMAR MOSCHEN
ADVOGADOS : FABIO MILMAN - RS024161
KONRADO KRINDGES E OUTRO(S) - RS078889
INTERES. : CONSTRUTORA SANTA FE LTDA
ADVOGADO : MÁRCIO DE FREITAS MALDONADO - RS062440

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA DE IMÓVEIS C/C PEDIDO DE COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA DAS PARTES. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO COM BASE NO DECAIMENTO DAS PARTES QUANTO A CADA PEDIDO.

1. Cuida-se, na origem, de ação de adjudicação compulsória de imóveis c/c pedido de compensação por dano moral.

2. Em havendo sucumbência recíproca, os ônus sucumbenciais devem ser distribuídos de acordo com a quantidade de pedidos postos na demanda e o decaimento proporcional das partes em relação a cada pleito.

3. Segundo a orientação firmada pelo STJ, com a ressalva do meu entendimento pessoal quanto ao tema, os honorários de sucumbência devem ser fixados conforme a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º) (Resp 1.746.072/PR, DJe de 29/03/2019) .

4. Decisões agravadas reconsideradas. Agravo em recurso especial conhecido para conhecer do recurso especial e negar-lhe provimento, em novo julgamento.

DECISÃO

Em face das razões dos agravos internos de fls. 745/755 e 756/771 (e-STJ),
RECONSIDERO as decisões de fls. 713/720 e 737/742 e passo a novo exame do agravo em

recurso especial interposto por GILMAR MOSCHEN, contra decisão interlocutória que negou seguimento a recurso especial fundamentado, exclusivamente, na alínea "a" do permissivo constitucional.

Ação: de adjudicação compulsória de imóveis c/c pedido de compensação por dano moral, ajuizada por MARCELO GOLDONI e VIVIANE TEIXEIRA FATTURI em face de CONSTRUTORA SANTA FÉ LTDA e GILMAR MOSCHEN.

Sentença: julgou parcialmente procedentes os pedidos para transmitir a MARCELO e VIVIANE, via adjudicação compulsória, a propriedade dos imóveis. Ademais, ante a sucumbência recíproca das partes, condenou *(i)* os réus GILMAR e CONSTRUTORA, solidariamente, ao pagamento de 70% das custas processuais, além de honorários advocatícios, fixados em 10% sobre o valor atualizado da causa e, *(ii)* os autores MARCELO e VIVIANE ao pagamento do restante das custas processuais, bem como honorários advocatícios arbitrados em R\$ 1.000,00.

Acórdão: negou provimento às apelações interpostas pelos réus, com majoração dos honorários advocatícios, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fls. 593/594):

"APELAÇÃO CÍVEL ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA. AÇÃO DE ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA CUMULADA COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL.

CESSÃO DE DIREITOS. A adjudicação compulsória exige promessa de compra e venda envolvendo imóvel individualizado, prova do pagamento integral do preço e recusa do promitente vendedor em transferir o bem objeto do negócio. A cessão sucessiva de direitos decorrentes de promessa de compra e venda acarreta sub-rogação do promitente-comprador no direito de obter o registro definitivo do imóvel junto ao proprietário.

SUCUMBÊNCIA. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. Nos termos do art. 82, § 2º, CPC/2015, a sentença condenará o vencido as despesas que antecipou e os honorários advocatícios. CASO CONCRETO. Na hipótese, verifica-se legitimidade e responsabilidade tanto da cessionária dos direitos de promessa de compra e venda quanto do proprietário registral do imóvel na promoção da efetivação da transferência aos autores, razão pela qual impõe-se a manutenção da condenação e sucumbência dos demandados. Outrossim, a pretensão de indenização por dano moral não se equivale à adjudicação compulsória, razão pela qual sua improcedência não determina sucumbência equivalente. Mantido o percentual definido na sentença.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM FAVOR DO PROCURADOR DA PARTE-AUTORA. Os honorários advocatícios devem ser fixados entre 10 e 20% sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC/2015, observadas as normas dos seus incisos. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM FAVOR DO PROCURADOR DO REQUERIDO. Tratando-se de inestimável ou irrisório o proveito econômico, ou ainda, quando o valor da causa for muito baixo, os honorários advocatícios devem ser fixados por apreciação equitativa, nos termos do art. 85, § 8º, do CPC/2015, observados os incisos do §2º do mesmo dispositivo.

MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS. Ao julgar o recurso, o Tribunal deve majorar os honorários fixados anteriormente ao advogado do vencedor, devendo considerar o trabalho adicional realizado em grau recursal (art. 85, § 11. do CPC/2015).

Embargos de declaração: opostos por GILMAR MOSCHEN, foram acolhidos para o fim de corrigir erro material no dispositivo do acórdão, em relação à majoração dos honorários advocatícios.

Recurso especial: interposto por GILMAR MOSCHEN, alega violação dos arts. 85, §§ 2º e 8º, e 86 do CPC/15, sustentando que: a) não resistiu ao pedido de adjudicação, contudo, foi condenado ao pagamento de honorários de sucumbência equivalentes a 10% do valor dos imóveis, posteriormente majorados para 12%, o que equivale a mais de R\$ 120.000,00; b) estes honorários são exorbitantes, ensejando a possibilidade de sua revisão; c) os autores-recorridos foram condenados a pagar apenas R\$ 1.000,00 a título de honorários sucumbenciais; d) em relação aos honorários concedidos aos procuradores dos autores-recorridos, estes não deveriam ter sido baseados no valor da causa, correspondente ao valor total dos imóveis, mas sim fixados por equidade, notadamente porque o conteúdo da sentença é declaratório-constitutivo; e) houve violação do princípio da isonomia no arbitramento da verba honorária; f) a sucumbência deve ser redistribuída.

Juízo de Admissibilidade: o TJ/RS negou seguimento ao recurso, dando azo à interposição de agravo em recurso especial.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Dos honorários advocatícios de sucumbência

A jurisprudência do STJ, a respeito da matéria impugnada pelo agravante GILMAR MOSCHEN, firmou-se no sentido de que, à luz do art. 85, § 2º, do CPC/15, os honorários sucumbenciais devem ser fixados no patamar de 10 a 20% sobre o valor da condenação e, se não houver condenação, devem ser fixados entre 10 a 20% do proveito econômico obtido pelo vencedor ou, ainda, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

Ademais, por ocasião do julgamento do REsp 1.746.072/PR, a 2ª Seção do STJ, em que pese o entendimento em sentido contrário desta Relatora, firmou a orientação de que, na vigência do CPC/2015, a fixação de honorários de sucumbência por equidade,

na forma do § 8º do art. 85, é restrita às hipóteses em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo.

Outrossim, a respeito do proveito econômico "inestimável", prevaleceu a orientação de que a intenção do legislador foi de correlacionar a hipótese às **causas em que não se vislumbra benefício patrimonial imediato**, como ocorre, por exemplo, nas causas de estado e de direito de família. A possibilidade de aplicação do preceito para as causas com valor muito alto, consoante defendeu esta Relatora, culminou por ser rejeitada pelo Colegiado.

Nessa linha, concluiu o voto vencedor, *"a incidência, pela ordem, de uma das hipóteses do art. 85, § 2º, impede que o julgador prossiga com sua análise a fim de investigar eventual enquadramento no § 8º do mesmo dispositivo, porque a subsunção da norma ao fato já se terá esgotado"*, ficando a regra excepcional do § 8º relegada *"para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) for inestimável ou irrisório o proveito econômico obtido; ou (II) for muito baixo o valor da causa"*.

A propósito, vale conferir a ementa do referido precedente:

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE EQUIDADE NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. NOVAS REGRAS: CPC/2015, ART. 85, §§ 2º E 8º. REGRA GERAL OBRIGATÓRIA (ART. 85, § 2º). REGRA SUBSIDIÁRIA (ART. 85, § 8º). PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL PROVIDO. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. O novo Código de Processo Civil - CPC/2015 promoveu expressivas mudanças na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido.

2. Dentre as alterações, reduziu, visivelmente, a subjetividade do julgador, restringindo as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, pois: a) enquanto, no CPC/1973, a atribuição equitativa era possível: (a.I) nas causas de pequeno valor; (a.II) nas de valor inestimável; (a.III) naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública; e (a.IV) nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º); **b) no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas: (b.I) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando (b.II) o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º).**

3. Com isso, o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias

impede o avanço para outra categoria.

4. Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).

5. A expressiva redação legal impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo.

6. Primeiro recurso especial provido para fixar os honorários advocatícios sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico obtido. Segundo recurso especial desprovido".

(REsp 1.746.072/PR, 2ª Seção, DJe 29/03/2019)

Na hipótese dos autos, verifica-se que o Tribunal de origem, reconhecendo a sucumbência recíproca das partes, condenou o agravante GILMAR MOSCHEN e CONSTRUTORA SANTA FÉ LTDA, solidariamente, ao pagamento de 70% (setenta por cento) das custas e de honorários advocatícios em favor dos patronos dos autores, fixados em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa. De outro turno, os autores MARCELO GOLDONI e VIVIANE TEIXEIRA FATTURI, sucumbentes quanto ao pedido de compensação por danos morais, foram condenados ao pagamento das custas restantes, além de honorários advocatícios no valor de R\$ 1.000,00 para os procuradores de cada réu.

Referida solução, segundo as diretrizes acima elencadas, revela-se em consonância com o entendimento firmado por esta Corte, devidamente adaptado à sucumbência recíproca constatada pelo Tribunal *a quo*, a qual impõe a distribuição dos ônus sucumbenciais de acordo com a quantidade de pedidos postos na demanda e o decaimento proporcional das partes em relação a cada pleito.

Com efeito, tendo GILMAR MOSCHEN e CONSTRUTORA SANTA FÉ LTDA sucumbido em relação ao pedido de adjudicação dos imóveis, é de rigor a sua condenação ao pagamento proporcional das despesas processuais, na forma do art. 86 do CPC/15, além de honorários advocatícios referentes ao pedido em que restaram vencidos. E, na hipótese, ausente condenação ou proveito econômico certo acerca do pedido de adjudicação, a verba honorária deve mesmo ser fixada com base no valor atribuído ao pedido na inicial, devidamente atualizado, o qual, *in casu*, corresponde ao valor atualizado da causa (§ 2º do art. 85 do CPC).

Aliás, convém ressaltar que o valor da causa, além de não ter sido oportunamente impugnado pela parte ré, exprime com acerto o montante total dos imóveis cuja adjudicação se pretende, estando de acordo com o disposto no art. 292, II, do CPC/2015, segundo o qual o valor da causa, na ação que tenha por objeto o cumprimento de ato jurídico, deve corresponder ao valor do ato ou o de sua parte controvertida.

De outro turno, verificada a sucumbência de MARCELO GOLDONI e VIVIANE TEIXEIRA FATTURI em relação ao pedido de compensação por danos morais, impõe-se a sua condenação também ao pagamento proporcional das despesas processuais, bem como de honorários advocatícios referentes ao pedido em que restaram vencidos. E, *in casu*, ausente condenação, proveito econômico e sequer valor atribuído na petição inicial a tal pretensão, remanesce apenas a possibilidade de aplicação do § 8º do art. 85 do CPC, fixando-se a verba honorária por equidade, exatamente como o fez o Tribunal de origem.

Assim, em conclusão, o recurso especial não prospera, devendo ser integralmente mantido o acórdão recorrido.

Forte nessas razões, RECONSIDERO as decisões de fls. 713/720 e 737/742 (e-STJ) e, em novo julgamento, CONHEÇO do agravo em recurso especial interposto por GILMAR MOSCHEN para, com fundamento no art. 932, III e IV, “a”, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHECER do recurso especial e NEGAR-LHE PROVIMENTO.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado dos agravados MARCELO GOLDONI e VIVIANE TEIXEIRA FATTURI

em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 12% sobre o valor atualizado da causa (e-STJ fls. 615, 630) para 14%, salientando, desde já, que esse acréscimo deve ser suportado exclusivamente pelo agravante GILMAR MOSCHEN.

Por derradeiro, previno ambas as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar a condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora